

INVESTIGANDO O SIGNIFICADO DECRESCENTE DE GOVERNO E FILANTROPIA NA NIGÉRIA: RELIGIÃO COMO REFÚGIO?

Mike Omilusi¹

Introdução e Antecedentes do Estudo

Na Nigéria, como em muitas outras partes da África, a democracia possui uma história conturbada e permanece frágil. Parte da explicação é devido ao fato de que as forças políticas dominantes prejudicam constantemente o envolvimento efetivo das pessoas como atores-chave nos processos de governança. Os mecanismos do Estado nigeriano vêm sendo explorados pelos operadores de assuntos estatais para atingir interesses regionais. Os gerentes destes assuntos, muitas vezes, assumem a posição de Estado, tornando-o paralisado e, de fato, sujeitando-o a suas vontades e caprichos. A situação tornou-se mais patética sob regimes militares, com sua natureza unitária, hierárquica e dominante, afetando em grande parte o funcionamento do Estado nigeriano.

Afirma-se que novas democracias, como a Nigéria, encaram um desafio imediato de sobrevivência como governo “lutando para manter um regime constitucional e processos eleitorais que estão ameaçados por conflitos, golpes militares ou aspirantes a ditadores que esperam nos bastidores” (Lewis 2006, citado em Yagboyaju 2015). Além disso, todas as democracias são confrontadas por várias outras tarefas importantes. Estas incluem “ampliar as liberdades pessoais; incentivar uma participação política genuína; promover a prestação de contas dos líderes; resolver conflitos; promover uma regra geral de direito; e construir instituições públicas eficientes e eficazes” (Lewis

¹ Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Ekiti, Ado Ekiti, Nigéria.
E-mail: watermike2003@yahoo.co.uk.

2006, citado em Yagboyaju 2015). Como postulado por Yabi (2015), muitos africanos têm excelentes razões para duvidar da utilidade da “democracia” que foi tão entusiasticamente vendida a eles na virada dos anos 90. Ameaçados por uma ampla variedade de conflitos violentos em seus países ou em suas fronteiras, os africanos foram mantidos na pobreza por sistemas econômicos improdutivos e injustos. Eles foram deixados nas mãos do destino (e de Deus) por elites que privatizam o Estado e monopolizam a maior parte dos seus recursos e das suas oportunidades econômicas. Somado a estes desafios está a árdua tarefa, particularmente em sociedades como a Nigéria e em outras com longos períodos de regimes militares e abuso de poder em geral, de alcançar o rápido avanço econômico, a prosperidade e o bem-estar econômico geral para cidadãos comuns, através da democracia (Yagboyaju 2015, 166).

À luz disto, a progressiva expansão da pobreza, da ignorância, da fome, das doenças, do desemprego, da exploração, da alienação, da opressão e da desapropriação na Nigéria desde a independência continuam a influenciar o cerne dos nigerianos a uma busca pela essência espiritual do seu ser. As adversidades sócio-econômicas e políticas no país fornecem um terreno fértil para o plantio, germinação, crescimento e balcanização de todas as formas de religião. Assim, o único setor que vem experimentando crescimento e expansão, quase seis décadas após a independência, é o setor religioso (Jaja 2016). As instituições religiosas constituem as expressões mais amplas e profundas da participação popular na Nigéria (USAID 2006, 24), manifestada por abrigar o maior número de anglicanos do mundo, com a quarta maior população de católicos romanos e a quinta maior população de muçulmanos. (Okechukwu n.d.).

Deste modo, nos últimos tempos, a Nigéria emergiu como um dos países mais religiosos do mundo. Como o número de igrejas/mesquitas no país continua a aumentar e a população de crentes duplica, o mesmo ocorre com o número de mesquitas e com a ampliação do número de fiéis islâmicos. Argumenta-se que a Nigéria tornou-se o primeiro país no mundo em termos de população de fiéis e adeptos, notavelmente, das duas maiores religiões: cristianismo e islamismo (Falana 2010). O país é agora um terreno de proliferação para todos os tipos de movimentos religiosos. De uma perspectiva funcionalista, pode-se argumentar que a religião fornece a muitos nigerianos uma identidade e um senso de propósito. Ela também fornece uma rede de segurança para seus seguidores na forma de comida e abrigo. Isto não está desconectado do fato de que, conforme corretamente proposto por Nwadiolor e Umeanolue (2013, 33), a maioria dos nigerianos têm experimentado uma pobreza extrema muitas décadas após a independência. A recente situação socioeconômica da Nigéria contemporânea tem sido um sintoma da pluralidade endêmica da paisagem religiosa nigeriana. O tamanho da população da

Nigéria, a diversidade étnica e o aprofundamento das inseguranças – sendo estas políticas, econômicas, culturais e médicas - combinam-se para criar uma experiência coletiva de ansiedade que, por sua vez, gera uma necessidade crescente de associações religiosas, serviços, rituais e soluções. O crescimento populacional, a urbanização, a competição e os múltiplos serviços prestados por comunidades religiosas fazem das associações religiosas um componente significativo da estrutura social nigeriana. Conseqüentemente, eles são um recurso crítico para os políticos que buscam uma mobilização política sobre qualquer assunto (USAID 2006, 24). Ademola-Olateju (2015) levanta questões profundas sobre esse tópico: em um país onde boas estradas, eletricidade e instalações de saúde são levadas a Deus em orações, vale a pena analisar mais de perto a ligação entre religião e pobreza. Por que as nações pobres são mais religiosas? Por que as pessoas pobres agarram-se na religião? Os nigerianos se voltam para a religião devido ao desespero, ou as pessoas caem na pobreza como resultado de suas crenças religiosas? Este ensaio está, portanto, preocupado, principalmente, com a intervenção de organizações religiosas no atendimento das necessidades espirituais e físicas de muitos cidadãos nigerianos - desiludidos e frustrados em consequência do fracasso do governo. Ele examina como a religião se tornou um santuário de esperança e refúgio diante de desafios socioeconômicos assustadores e como, ironicamente, essa patética condição humana está sendo explorada por esses corpos religiosos. Também investiga o estado da filantropia por indivíduos e entidades coletivas no país dentro do contexto do comunalismo africano e do déficit de governança.

Sobre as Principais Responsabilidades do Governo e as Sérias Realidades

Os governos quase certamente se originaram da necessidade de proteger as pessoas dos conflitos e de fornecer lei e ordem. Por que conflitos entre pessoas aconteceram ao longo da história? Muitas pessoas, famosas e comuns, tentaram responder a essa pergunta. Talvez a natureza humana dite o egoísmo e as pessoas, inevitavelmente, entrem em conflito sobre quem recebe o que é propriedade ou privilégio. Ou talvez, como Karl Marx explica, seja porque a própria ideia de “propriedade” torna as pessoas egoístas e gananciosas (USHistory n.d.). Todos os governos, em todos os níveis, têm deveres e responsabilidades para com seus cidadãos. O marco e o exemplo de um bom governo estão no cumprimento dos deveres e responsabilidades fundamentais deste tanto na Nigéria quanto em todo o mundo.

Quaisquer que sejam as razões, os governos evoluíram à medida que as pessoas descobriram que a proteção era mais fácil se permanecessem em grupos e se todos concordassem que um (ou alguns) no grupo deveria ter mais poder do que outros. Esse reconhecimento é a base da soberania, ou o direito de um grupo (mais tarde um país) a ser livre de interferências externas. Parte da função de um governo é proteger seus cidadãos de ataques externos. Os antigos imperadores chineses construíram uma “Grande Muralha” para defender as fronteiras do seu império. Um país, então, precisa não apenas proteger seus cidadãos uns dos outros, mas também se organizar para prevenir ataques externos. Às vezes eles construíam grandes muralhas e as impunham cuidadosamente contra os invasores. Outras vezes levavam seus seguidores a áreas seguras protegidas por altas montanhas, rios largos ou vastos desertos. Historicamente, eles formavam exércitos, e os mais bem-sucedidos treinavam e armavam grupos especiais para defender o resto. De fato, no século XX, os governos formaram alianças e travaram grandes guerras mundiais em nome da proteção e da ordem. Em anos mais recentes, as responsabilidades do governo se estenderam à economia e ao serviço público (USHistory n.d.).

A República Federal da Nigéria emergiu como uma nação independente da tutela colonial britânica em outubro de 1960. Mais de um século de imperialismo e colonialismo britânico na Nigéria entregou o comando da economia nigeriana sob o controle de empresas britânicas e de outras empresas ocidentais. A implementação gradual de um programa de descolonização permitiu que os políticos nigerianos controlassem os governos regionais, deixando a metrópole com o comando sobre as relações exteriores, antes de, finalmente, se desfazer do poder em 1960. Não sendo presentes em atividades produtivas, esses políticos não tinham uma base econômica sólida, então, eles passaram a usar o poder regional em suas mãos para compensar a falta de uma base sólida de recursos. Desta forma, a corrupção tornou-se primordial nos assuntos políticos do país (Akude 2007, 9). De acordo com Lewis (2007), as dificuldades da Nigéria, embora comuns ao mundo em desenvolvimento, são certamente excepcionais em seu escopo e persistência. A pobreza em massa, a estagnação econômica, a corrupção endêmica, a instabilidade política, as instituições fracas e os conflitos sociais podem ser encontrados em muitos países e, sob esse prisma, a Nigéria pode parecer banal.

O papel relativo dos três tipos de governo - o governo federal, os governos estaduais e as autoridades do governo local (LGAs) - na prestação de serviços públicos emergiu como um dos tópicos mais importantes de um debate aberto e vigoroso no novo clima democrático da Nigéria. As responsabilidades exclusivas do Governo Federal da Nigéria estão amplamente de

acordo com a prática internacional padrão, incluindo questões de interesse nacional, como defesa, relações exteriores, regulamentação e política monetária. A responsabilidade da prestação de serviços nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, agricultura e indústria é compartilhada concomitantemente com os estados federativos e com as autoridades locais do governo, com as respectivas atribuições, aparentemente derivadas das considerações de repercussões interjurisdicionais e economias de escala, ainda que não haja uma referência formal aos princípios subjacentes na literatura oficial.

A Seção 14 (2) (b) da Constituição da Nigéria de 1999 afirma que “a segurança e o bem-estar do povo são o principal objetivo do governo; e a participação do povo será assegurada de acordo com as disposições desta Constituição”. No que diz respeito ao bem-estar econômico do povo, a Constituição também impõe o dever do Estado de garantir “a máxima assistência social, liberdade e felicidade de todos os cidadãos com base na justiça social e na igualdade de condições e oportunidades”. Para esse efeito, o Estado deve orientar suas políticas no sentido de assegurar que “os recursos materiais da nação sejam aproveitados e distribuídos da melhor maneira possível para servir ao bem comum” e que “o sistema econômico não seja operado de maneira a permitir concentração de riqueza ou de meios de produção além de trocas nas mãos de poucos indivíduos ou de um grupo”.

A fim de assegurar a boa governança e a prestação de contas ao público, o Estado tem a obrigação de abolir “todas as práticas corruptas e de abuso de poder”. Além do dever imposto a todos os cidadãos de “prestar assistência a agências apropriadas e legais na manutenção da lei e da ordem”; é obrigação da mídia de massa “defender a responsabilidade e prestação de contas do governo para com o povo”. Para erradicar o analfabetismo e a ignorância, o Governo deve, como e quando praticável, fornecer “(a) educação primária obrigatória e universal gratuita; (b) ensino secundário gratuito; (c) educação universitária gratuita e (d) programa gratuito de alfabetização de adultos”. É também dever do Estado proteger crianças, adolescentes e idosos de qualquer forma de exploração e de negligência moral ou material (Falana 2015).

A segurança da vida e da propriedade é uma necessidade extrema para qualquer país próspero. Sem segurança, um país permanece exposto a ameaças e é vulnerável. Nesse contexto, a consecução dos objetivos e projetos de tal país se torna uma tarefa hercúlea (Iregbenu e Uzonwanne 2015, 169). De fato, um governo que não consegue proteger seus cidadãos e garantir a segurança da vida e da propriedade fielmente adequada é um governo falido. Sem essa estabilidade, o sistema estará repleto de ilegalidade, caos e eventual desintegração. É por isso que a segurança é considerada uma condição dinâmica, que envolve a habilidade relativa.

Na Nigéria, como será discutido em breve, são negadas a grande maioria dos cidadãos as necessidades humanas básicas e esta inadequação cria uma “frustração de expectativas crescentes” que, por sua vez, resulta em violência, sequestros, assaltos à mão armada, prostituição, terrorismo, entre outros. A onda de mortes e destruição associada a assassinatos religiosos, violência política, confrontos étnicos, sequestros, banditismo armado são insuperáveis (Omede 2011, 96).

Em meio à deterioração da situação de segurança no país, a Nigéria é também confrontada por desafios de desenvolvimento que representam uma séria ameaça ao desenvolvimento socioeconômico. Esses desafios incluem pobreza rural e urbana endêmica, alta taxa de desemprego, desemprego juvenil debilitante, baixa produção industrial, taxa de câmbio instável e em deterioração, alta taxa de inflação, infraestrutura física e social inadequada, dívida interna alta e aumento do endividamento externo (Ewetan 2013). Todos esses são, sem dúvida, obstáculos à boa governança no país.

Por muitos anos, a boa governança permaneceu elusiva nas esferas políticas da Nigéria, devido ao fato de que esse aspecto originário da cultura, da tradição e das normas, se tornaram vestígios políticos foram abandonados. Mais propriamente, líderes despóticos e corruptos, em sua maioria uniformizados, sempre encontraram seus caminhos para a política como líderes (Joseph 1987). De acordo com Kukah (citado em Nwankwor 2004, 313), há uma notável tendência de traçar o desempenho da democracia como uma forma de governo na Nigéria, através das armadilhas coloniais de Estado, natureza e caráter das sucessivas elites governantes e de sua deturpação do propósito da máquina estatal para os cidadãos. A maioria dos líderes nigerianos desde a independência, com pouca retórica, demonstra que não há interesse no futuro do país. A Nigéria tem de conviver com líderes que, por meios ilegais ou adquiridos, esvaziaram os cofres da nação e reiniciam o mesmo processo em busca da reeleição e, quando isso não é possível, transferem o poder para seus companheiros que se aventuram a fazer ainda pior. Eles se reciclam dentro dos corredores do poder (Odo 2015).

O principal e fundamental problema da Nigéria (e na verdade da África), que tem sido o albatroz do país, está diretamente ligado às lideranças ruins ou pobres que englobam líderes políticos, religiosos, tradicionais, comunitários, étnicos/tribais, trabalhistas/sindicais, de mercado e empresariais, bem como outros líderes em vários níveis (militares, policiais e outras agências de segurança para-militares) que, na maioria dos casos, são sempre egoístas e egocêntricos em suas abordagens para lidar com questões nacionais. A maioria das pessoas em cargos de liderança - seja dentro ou fora do governo - geralmente são econômicas com a verdade, seja por causa de inte-

resses egoístas, seja por influências corruptoras ou por uma combinação de ambas (Kayode 2011). A má liderança manifestada pela violação persistente dos direitos humanos, mau governo, instituições disfuncionais, patronato, fraude eleitoral, manipulação das diferenças étnicas, corrupção e personalização do poder impedem a prevalência da paz e da justiça social. Poderosas elites políticas alimentam-se do Estado, atacam os fracos, usam recursos nacionais para o auto-engrandecimento e privam os cidadãos de bens coletivos, como cuidados médicos, boa educação e emprego (Burton 1990; Sandole 2001, citado em Mayanja 2013). Segundo Adujie (2009):

A Nigéria é análoga a uma corporação e nossos líderes atuais devem ser vistos como administradores ineficientes e membros do conselho administrativo ineficientes. A Nigéria é uma corporação na qual os cidadãos são fortemente investidos. A Nigéria deve ser vista como uma corporação que atualmente tem fraco retorno sobre nosso investimento ou nenhum dividendo. O mais prudente que qualquer investidor inteligente deve fazer para ganhar dividendos, lucros e retorno sobre o investimento, é expulsar o diretor administrativo e os membros do conselho de administração.

Ao longo dos anos, o governo nigeriano falhou em aproveitar os vastos recursos humanos e materiais à sua disposição para quebrar o ciclo de pobreza e autocracia que o caracterizou desde a independência em 1960. Assim, o Estado nigeriano se encontra constantemente entre as forças de democracia e autoritarismo, caracterizado pelo “impulso ao desenvolvimento e a atração pelo subdesenvolvimento, o ônus da corrupção pública e a pressão da responsabilização” (Kesselman et al. 1996 citado em Idada e Uhummwangho 2012, 50). O efeito da corrupção na Nigéria é, obviamente, inquantificável. Além de sujar a imagem corporativa do país na comunidade internacional, todas as estruturas sociais, econômicas e políticas do país foram arruinadas pela corrupção. Serviços sociais e infraestruturais estão desorganizados. As pessoas estão empobrecidas, já que as pessoas comuns são sempre as vítimas. Enquanto as pessoas se afundam na miséria e na pobreza, membros da classe política e seus associados de classe empresarial desfrutam de estupenda riqueza roubada (The Guardian 2016).

É uma prática comum na maioria dos bairros de todo o país, os moradores serem confrontados com desafios como transformadores quebrados, falta de água potável, insegurança e assim por diante. A situação ficou tão ruim que a maioria dos nigerianos resignou-se a viver em uma sociedade em que o pagamento de impostos não garante a provisão ou acesso contínuo a serviços públicos básicos (Ogunsina e Opaluwa 2015). Conforme corretamente proposto por Segun Quadri (2015):

A maioria das instalações do governo apreciado pelas massas, como água potável portátil, electricidade, bom sistema de saúde, educação gratuita, etc, são todos uma história do passado. O homem comum já se tornou seu próprio governo, fornecendo poder, segurança, água e assim por diante. Desde 1999, em que os civis assumiram a governança sob um arranjo democrático, não só sofremos uma progressiva deterioração da rede de infra-estrutura do país, mas também praticamente todas as nossas instituições fundamentais para o avanço sócio-político e democrático entraram em colapso. Até a própria governança está paralisada.

Os pobres e desfavorecidos sofrem em relação à prestação de serviços públicos. Primeiro, eles não têm acesso a esses serviços devido a barreiras físicas, financeiras, informacionais, políticas e outras. Em segundo lugar, faltam-lhes mecanismos eficazes para realimentar as suas reclamações, opiniões e pedidos em relação a esses serviços. Como resultado, os serviços públicos para os pobres carecem de transparência, responsabilidade e qualidade (Gopakumar K et al 2002). Os pobres e os desfavorecidos são particularmente vulneráveis, pois confiam completamente no Estado para o acesso a serviços críticos, como água potável, saúde e educação, conforme enunciado acima. No entanto, como observou Diamond (2008), o propósito fundamental dos governos neo-patrimoniais e prebendas não é produzir bens públicos - estradas, pontes, mercados, irrigação, educação, saúde, saneamento público, água potável, sistemas jurídicos eficazes. - que aumentam a produtividade, melhoram o capital humano, estimulam o investimento e geram desenvolvimento. Pelo contrário, o propósito é produzir bens privados para aqueles que detêm ou têm acesso ao poder político. Os contratos não são permitidos com base em quem pode oferecer o melhor serviço pelo menor preço, mas sim em quem pagará o maior suborno. Os orçamentos são direcionados para projetos que podem gerar subornos facilmente. Os fundos do governo desaparecem nas contas estrangeiras dos titulares de cargos. As folhas de pagamento do governo estão inchadas com as fileiras de trabalhadores e soldados fantasmas.

Filantropia e Comunalismo na Nigéria: Uma Visão Geral

A África é um continente multifacetado e fascinante. Com tantas etnias e nacionalidades diferentes, uma prática comum une todos os africanos: a cultura da doação. A filantropia, ou doação, é praticada há muito tempo na África. Se a motivação é contribuir para o crescimento do país, retribuir uma vez que o sucesso do negócio seja alcançado ou apoiar os vizinhos em necessidade, a filantropia serve como o cimento que une as comunidades e contribui para

o desenvolvimento do continente (Emodi e de Unverhau 2014, 1). A filantropia é parte integrante da identidade africana e uma característica inerente da vida familiar e da comunidade africana. No entanto, os africanos podem não reconhecer o termo “filantropia”, que é uma construção do Norte Global e é geralmente associada à transferência de grandes quantidades de riqueza de ricos para pobres. Muitas pessoas usariam termos ingleses como “dar” ou “caridade” ou “ajudar” (UBS Philanthropy Advisory e TrustAfrica 2014, 32).

O comunalismo é o princípio ou sistema de ordem social em que, entre outras coisas, a supremacia da comunidade é cultural e socialmente entrenchada, a sociedade é hierarquicamente ordenada, a vida sacrossanta e a religião é um modo de vida. Em tal comunidade, as pessoas não são vistas como importantes por si mesmas. Cada um é parte integrante de um todo e deriva seu lugar no contexto da comunidade. Pessoas em uma comunidade comunalista nascem na comunidade. Eles não são selecionados para isso. Tal comunidade não é criada como resultado da união de indivíduos. É uma comunidade evoluída cujos membros são hereditários. Em uma ordem social comunalista, o bem-estar da comunidade fortalece as ações. Nada que é feito, não importa quão importante e útil seja para o indivíduo, é considerado bom se tiver relevância para a comunidade. Nenhuma desgraça, por mais distintamente pessoal que seja, é deixada para o indivíduo suportar sozinho. A comunidade ri junto e também chora junto (Moemeka 1998, 124). A total obediência à comunidade como uma entidade que existe para o bem de todos é exigida não apenas em relação às necessidades físicas ou materiais, mas também em relação às necessidades emocionais e de comunicação. Neste cenário, a religião permeia a vida em comunidades verdadeiramente comunalísticas (Mbiti 1969) e é usada como uma ferramenta para salvaguardar a ordem social e proteger as normas sociais e as regras de comunicação (Moemeka 1994). O comunalismo exige que a vida das pessoas reflita em uma mistura sólida do que é considerado sagrado e do que é aceito como socialmente permissível.

Sob o comunalismo, a pequena comunidade é considerada a principal unidade do governo. Todos os adultos participam tanto na tomada de decisões quanto na execução dessas decisões. Cada um contribui de acordo com sua habilidade. Há governos comunitários em que as decisões públicas são abertamente recebidas, questões são levantadas e discutidas abertamente. A tomada de decisões é, portanto, um processo de resolução da junção de opiniões de todos os cidadãos (Oyewole 1987, 38).

A Nigéria tem a maior concentração de Indivíduos com Alto Patrimônio Líquido (HNWIs)², da região. De acordo com o Nigéria Wealth Book

² Do inglês, *High Net-Worth Individuals*.

2014, em 2013, a Nigéria tinha mais de 16.000 HNWI's com US\$ 90 bilhões em riqueza. O número de HNWI's deverá crescer 7% para alcançar mais de 18.000 em 2018, enquanto a riqueza HNWI deverá aumentar em 27% para alcançar US\$ 123 bilhões em 2018. O relatório da The New World Wealth de 2014 aponta que a Nigéria tem 200 indivíduos com Alto Patrimônio Líquido, 50 milionários e quatro bilionários. Onze dos HNWI's que apareceram na Forbes como as "40 pessoas mais ricas da África" em 2012 eram nigerianos. Embora haja uma crença geral de que a riqueza e a filantropia dos HNWI's na Nigéria é visível e pública, pode haver alguns que preferem não ser vistos. Em 2012, a Forbes publicou uma lista de dez indivíduos do com Alto Patrimônio Líquido da Nigéria que preferem manter um perfil discreto (UBS Philanthropy Advisory & TrustAfrica 2014, 37). A literatura recente procurou destacar o fato de que existem diferentes visões da filantropia na África (isto é, diferente de como ela é vista em outras partes do mundo), e que, muitas vezes, a filantropia africana é caracterizada por práticas particulares. Sempre houve evidências casuais para sugerir que a doação é focada na família estendida e em comunidades mais imediatas (UBS Philanthropy Advisory & TrustAfrica 2014, 42). Por outro lado, há preocupações sobre a natureza ilusória de muitas obras de caridade da África, que podem se parecer mais com truques de relações públicas do que com esforços sinceros para aliviar problemas.

A cena na Nigéria contemporânea é de perda generalizada de escrúpulos e total ausência de temor a Deus, além de desrespeito pela vida humana e pessoal, dando origem à decadência moral geral e à existência de vários males e crimes, como injustiça, suborno e corrupção, roubo, assalto à mão armada, assassinato, sequestro, estupro, cultismo etc. (Osunwokeh 2014, 183). De fato, observa-se que o nível de injustiça social que atualmente prevalece na Nigéria está atingindo proporções alarmantes. O grande aumento de grupos militantes e de resistência na Nigéria hoje são comumente interpretados como manifestações contra o Estado, resultantes das tensões de injustiça no sistema e como sinalização do nível de descontentamento entre os cidadãos (Uchegbue 2013, 141).

Os países africanos ricos em recursos naturais sofreram uma grave hemorrhagia financeira através da fuga de capitais nas últimas décadas. Estimativas recentes sugerem que estas fugas aumentaram durante o boom de recursos. De 1970 a 2008, a Nigéria perdeu impressionantes US\$ 296 bilhões para a fuga de capitais. Cerca de 71 bilhões de dólares "desapareceram" de Angola entre 1985 e 2008 (Ndikumana e Boyce 2011). Outros países exportadores de petróleo também sofreram substancial fuga de capitais nas últimas quatro décadas: Costa do Marfim (US\$ 45 bilhões), República Democrática do Congo (US\$ 31 bilhões), Camarões (US\$ 24 bilhões), República do Congo (US\$

24 bilhões) e Sudão (US\$ 18 bilhões) (Ndikumana e Boyce 2012, 4). Deve-se notar que o crescimento de indivíduos ricos não necessariamente leva a um aumento na filantropia e isso é muito evidente na Nigéria. Além do modelo formalizado de filantropia - fundações corporativas - que existem no país, os nigerianos ricos, salvo alguns, pouco fazem para usar o que têm para ajudar as massas. Em vez disso, eles transferem seu dinheiro para bancos estrangeiros em vez de torná-lo útil para nação. Quando esses homens ricos querem sair de férias, eles viajam para os Estados Unidos ou Canadá, e muitos migram para o mundo desenvolvido, em vez de gastar seu dinheiro na Nigéria.

No meio do fracasso do governo no país, as elites nigerianas preferem viver em opulência e esplendor, seja em sua estupenda renda, em dinheiro saqueado publicamente ou em patrocínio do governo. Alguns, de fato, se classificaram prestigiosamente entre os mais ricos do mundo (Odeyemi 2013, 261). As elites políticas se apropriam de fundos públicos consideráveis para seu ganho pessoal, enquanto a maioria de seus constituintes não tem acesso a água potável. Joseph (2016) uma vez perguntou retoricamente: Por que os nigerianos podem construir e operar mega-igrejas, mas não transporte público de qualidade, universidades públicas, serviços públicos de energia e outras organizações de serviços? A Nigéria também ilustra o dilema central da “África em Ascensão”: um mercado consumidor e uma classe média em expansão, juntamente com a pobreza persistente. A desigualdade neste país de 175 milhões é escandalosa. Muitos milionários são gerados à medida que o consumo de champanhe e a propriedade de aviões particulares aumentam. Esses excessos, baseados amplamente no acesso a recursos do Estado, poderiam ser redirecionados para um crescimento transformador e sustentável do país (Joseph 2015). A realidade mais frustrante é que grande parte dos fundos públicos saqueados não é investida na Nigéria, mas sim despejada, geralmente, em contas estrangeiras para melhorar ainda mais as economias desses outros Estados.

Como a Religião Preenche o Vácuo: uma Variável para Missão de Resgate ou Exploração?

A Nigéria é um Estado-nação multiétnico, multicultural e multirreligioso, com mais de quatrocentas nacionalidades étnicas associadas a muitas congregações religiosas (Aghemelo e Osumah 2009). Ela tem três grandes identidades religiosas: o cristianismo, o islamismo e as religiões tradicionais (Omorogbe e Omohan 2005, 557; Osaghae e Suberu 2005, 11 citados em Çanci e Odukoya 2016). As religiões tradicionais são as mais inativas politicamente dos três grupos, “numerando centenas de grupos étnicos e subgrupos, aldeias,

clãs e grupos de parentesco; e, envolvem a adoração de diferentes deuses e deusas” (Osaghae e Suberu 2005, 11). As igrejas pentecostais formam a divisão fundamental do cristianismo na Nigéria, que experimentou um rápido crescimento no número de seguidores nos últimos anos, com a maioria dos adeptos, especialmente os jovens, unindo-se à igreja das denominações mais antigas e tradicionais. A Igreja desempenhou um papel importante na sociedade civil nas lutas anti-militares e na democratização. Isso foi possível graças a organismos como a Associação Cristã da Nigéria (CAN)³, a Congregação Pentecostal da Nigéria (PFN)⁴ e a Conferência dos Bispos Católicos (Osaghae e Suberu 2005, 11).

A religião é, provavelmente, o fenômeno mais popular na Nigéria contemporânea. Ela alcançou essa proeminência devido a seus impactos e contribuições avassaladores na sociedade. Como um notável agente de mudança, a religião tem inegavelmente exercido muita influência positiva e negativa sobre o povo nigeriano em muitos aspectos (Kitause e Achunike 2013, 51). O “fracasso” da elite política nigeriana para exercer bons governos, promover a integração nacional e o bom progresso econômico através de políticas ponderadas e democratizadas (Çancı e Odukoya 2016) criou naturalmente um vácuo em que os órgãos religiosos são, através de suas políticas/programas, o preenchimento. Muitos grupos religiosos fazem contribuições significativas para o desenvolvimento humano, através da provisão de educação, saúde e assistência social, principalmente para seus numerosos membros em todo o país. Além da semelhança de suas contribuições sociais, muitos grupos religiosos compartilham ideais e virtudes, e muitos líderes religiosos também compartilham uma crítica do Estado nigeriano e sua classe política (Nolte et al 2010).

Durante a última década, surgiram pesquisas consideráveis que demonstram os benefícios da prática religiosa dentro da sociedade. A prática religiosa promove o bem-estar dos indivíduos, das famílias e da comunidade. De particular interesse são os estudos que indicam os benefícios da religião para os pobres (Fagan 2006). A participação regular em serviços religiosos está ligada a uma vida familiar saudável e estável, a casamentos fortes e a crianças bem comportadas. A prática da religião também leva a uma redução na incidência de abuso doméstico, crime, abuso de substâncias e vício. Além disso, a prática religiosa leva a um aumento na saúde física e mental, na longevidade e na escolaridade (Fagan 2006). No entanto, as pesquisas também revelam uma ligação entre o nível de pobreza e privação que existe em uma sociedade com a religiosidade das pessoas. Argumenta-se que quando as pes-

³ Do inglês, *Christian Association of Nigeria*.

⁴ Do inglês, *Pentecostal Fellowship of Nigeria*.

soas são pobres, elas se apoiam na religião para o conforto. Ademola-Olateju (2015), citando outras fontes, resume suas descobertas assim:

Na pesquisa Gallup com 100 países em 2010, os dados mostraram uma forte correlação positiva entre a adesão estrita à religião e a privação. Da mesma forma, um estudo independente do Dr. Tom Rees, publicado no *Journal of Religion and Society*, mostrou que em locais sem redes de segurança social fortes para proporcionar às pessoas oportunidades de mobilidade ascendente, é mais provável que sejam religiosas. Quando o sofrimento se torna uma constante na vida das pessoas, elas são facilmente consoladas pelas visões do apocalipse, julgamento, punição e inferno. Pobreza, privação e sofrimento frequentemente levam a crenças consoladoras de que o mundo logo terminará, com Deus recompensando os fiéis através da alegria eterna, em que não há necessidade de trabalho ou tribulação. As previsões trágicas e pessimistas a respeito dos julgamentos e arrebatamentos que a humanidade enfrentará, conforme encontradas no fundamentalismo cristão, se popularizarão. O cenário ajuda a perpetuar o sofrimento, atribuindo um propósito maior à dor e ao sofrimento humano como parte do grande plano de Deus para a absolvição entre os escolhidos.

Em outras palavras, diante da fraqueza do Estado nigeriano e da ineficiência de suas instituições para proporcionar o bem humano a seus cidadãos, as Organizações Baseadas na Fé (FBOs)⁵ complementam e suplementam os esforços do governo para melhorar o padrão de vida dos nigerianos. Essas FBOs na Nigéria, que contam com mais de 46.000 pessoas, estão envolvidas em trabalhos de caridade favoráveis aos pobres, que aliviam a pobreza, promovem o progresso e servem como agentes de desenvolvimento (Ogbonnaya 2012, 10). Segundo Olarinmoye (citado em Ogbonnaya 2012, 10):

As FBOs na Nigéria fornecem serviços de saúde e educação através de seus hospitais, clínicas e maternidades, escolas e faculdades, centros de treinamento vocacional, seminários e universidades. Elas possuem instituições econômicas, como livrarias, hotéis, bancos, seguros, meios de comunicação de massa e empresas de TIC e são proeminentes proprietários de imóveis na forma de cidades sagradas e campos de oração, que cobrem milhares de hectares de terra. As terras em que seus hospitais, escolas e orfanatos estão situados também fazem parte de sua carteira de imóveis.

Como a boa governança continua em falta para maioria dos nigerianos que vivem sem acesso a serviços públicos básicos, outras organizações

⁵ Do inglês, *Faith Based Organizations*.

intervieram para preencher o vazio. As organizações religiosas agora fornecem uma gama de serviços sociais que o governo geralmente oferece. Esses problemas são sintomáticos de uma democracia abrangente, mais ampla, e de um problema de governança no país, que se relaciona a um controle oligárquico do poder político, formal e informal, por elites políticas irresponsáveis (USAID 2006, v). Os nigerianos religiosos de diferentes partes do país compartilham opiniões semelhantes sobre boa governança e desenvolvimento. Estes são moldados pelo ideais bíblicos e corânicos de justiça, igualdade e “o temor de Deus”. Eles enfatizam a importância do desenvolvimento de infra-estrutura, educação e saúde para todos os nigerianos. Muitos grupos religiosos fazem esforços para fornecer aos seus membros acesso à educação e outros serviços. Às vezes, seus serviços e instalações estão abertos a membros de outros grupos religiosos (Nolte et al 2010).

A outra explicação para esse desenvolvimento pode ser localizada na tendência dos africanos em buscar o auxílio espiritual em sua religião quando todas as coisas parecem ter falhado, incluindo o governo. Segundo a Federação Luterana Mundial (2002, 17), a espiritualidade na religião africana é descrita como “valores pelos quais uma pessoa individualmente ou em comunidade se relaciona com o reino espiritual” (Mbiti). Nasce de uma relação entre seres humanos e outras realidades que incluem Deus, espíritos dos que partiram, divindades, espíritos associados a objetos e fenômenos naturais e a própria natureza. Os africanos são extremamente conscientes do “triângulo da realidade” como uma comunidade da qual participam e à qual pertencem. Sua espiritualidade é governada pela sensibilidade a essa realidade de relacionamentos e comunicação.

Além da vida comunitária, no entanto, a religião africana ensina que existem poderes espirituais que podem moldar e influenciar vidas individuais, para melhor ou para pior. Portanto, é importante buscar maneiras e meios de manipular ou controlar aqueles poderes e agências externas que são mais poderosos que os humanos, através da prática de rituais e receitas mágicas ou de encantos prescritos pelas autoridades religiosas àqueles que se sentem ameaçados (The Lutheran World Federation 2002, 19). Assim, é observável na Nigéria mais pacientes em centros religiosos (particularmente igrejas) do que hospitais buscando cura espiritual para uma doença ou outra; mais desesperados a procura de emprego; trabalhadores esperando uma promoção; congressista frustrada precisando de ajuda financeira por meio de conexão divina; mulheres grávidas que frequentam sessões religiosas especiais em vez de pré-natal. Muitos outros fiéis, induzidos por problemas, buscam a união espiritual em muitas questões antrópicas, como pedidos de visto, parceiros de

vida, mobilidade, derrota de inimigos, entre outros⁶. Isto pode ter informado a submissão de Ademola-Olateju (2015) sobre o assunto: A religião oferece um senso de esperança e ajuda a manter os pobres em total desespero. Isso frustra o esforço deles para melhorar sua situação e cria um desestímulo social para o progresso. É por isso que as pessoas sob estresse são alvos mais fáceis para o evangelismo. É por isso que os ministérios que ganham almas têm mais sucesso entre os pobres, e é a razão pela qual eles visam pessoas passando por eventos que mudam a vida cotidiana, como doença, casamento, divórcio, gravidez, morte na família etc. Como observa Larr (2015):

O problema não termina mais com ladrões e sequestradores indo à Igreja todos os domingos para orar pela orientação e assistência de Deus na execução de projetos criminosos e assassinos. Isso não termina mais com os criminosos pagando quantias estupendas como dizimos para seus pastores e pregadores alegres e altamente gratificados. Os nigerianos têm razões suficientes para expressar gratidão aos homens de Deus que se auto impuseram, cuja especialidade é a ostentação e a exibição pública de prata e ouro e jatos e casacos. Eles nos mostram quem são e poupam para algumas mentes crédulas e desamparadas, eles são conhecidos por todos os outros por sua ganância insaciável por riqueza material e furto baseado em bajulação. Eles não eram os menores, muito visíveis na sede do poder, avançando a justificação profética e traiçoeiramente divina para todos os males da última dispensa política sob a presidência do Sr. Goodluck Jonathan.

Embora a religião tenha contribuído de alguma forma para o processo de construção da nação, seu impacto positivo na democracia da Nigéria permaneceu insignificante. A manipulação da religião por alguns indivíduos poderosos que se escondem sob o disfarce de religiosos para buscar interesses egoístas continua sendo um dos efeitos negativos da religião sobre a política. Além disso, a ganância se infiltrou no terreno religioso, na medida em que alguns líderes religiosos agora patrocinam governantes corruptos para satisfazer seu desejo por dinheiro e outros ganhos materiais (Falana 2010). No entanto, deve-se observar que, enquanto entidades religiosas e FBOs têm ajudado na provisão de serviços de saúde, educação, etc., como

6 Este escritor testemunhou muitas dessas cenas, seja em viagens de pesquisa, envolvimento pessoal ou convite de amigos e conhecidos. Geralmente, é uma transfiguração involuntária do empirismo para a espiritualidade em termos de “pedidos de oração” que, normalmente, em outros contextos, devem ser direcionados a agências governamentais. No entanto, em muitos casos, as pessoas testificam do “poder do Deus Todo-Poderoso” ao aprovar esses pedidos! - Obviamente afirmando uma existência entre o mundo celestial (mundo de Deus e seus anjos) e o mundo mundano (mundo dos vivos na terra).

identificado anteriormente, para populações escanteadas, talvez baseadas no valor moral, benevolente e religioso do altruísmo, a visão de mundo dos africanos e sua intensa espiritualidade têm sido frequentemente explorados de maneira antiética. Isto pode explicar porque Uche (2011) vê uma contradição na atual sociedade nigeriana que ele descreve como muito religiosa; logo, bastante barulhenta sobre a igreja, sobre o evangelho cristão, mas ainda assim tão moralmente depravada, testemunhando diariamente, em maior proporção, o mal e os crimes contra a justiça e a dignidade humana. Ironicamente, além dos ignorantes e dos pobres, esse nível de religiosidade parece ter capturado também as mentes instruídas, conforme proposto por Ademola-Olateju (2015):

A religião na Nigéria tornou-se uma poderosa armadilha aberta que exerce uma tremenda pressão social e que, muitas vezes, é impossível de ser evitada pela mente sem educação. Em minhas interações, tenho visto pessoas educadas, que eram normais em suas casas, normais no trabalho e em todos os lugares fora da Igreja, se tornam tolos completos dentro dela. Não podemos deixar de nos perguntar se o problema central vem das pessoas que estão desviando a cabeça quando atravessam a porta de uma igreja ou mesquita. Suas mentes parecem condicionadas a fazê-lo desde que eram jovens. Eles engolem tudo o que é dito como a verdade. Não é mais o que a Bíblia diz, mas o que meu pastor diz e, para os muçulmanos, toda referência é feita de acordo com esse Sheikh e aquele Imã.

Essencialmente, os princípios centrais que formaram a base de sustentação na qual a maioria das religiões se baseiam incluem a verdade, a retidão moral, o amor e a unidade de toda a humanidade, entre outros (Falana 2010). Idealmente, em vez de impedir o desenvolvimento sustentável, a religião deveria promovê-lo, porque a fé aborda as preocupações últimas dos seres humanos e permeia todos os aspectos da vida humana: vital, social, cultural, pessoal e religiosa. A religião, portanto, fornece uma âncora que dá significado a várias formas de experiências, vidas e ações humanas (Ogbonnaya 2012, 18). No entanto, as contradições incorporadas na prática da religião na Nigéria, viz-a-viz, esses valores e sua suposta transformação da sociedade continuam a ser um estudo interessante na sociologia política, como atestado por Ijabla (2015):

Do professor de medicina que leciona na prestigiosa Universidade de Ibadan, para o pobre *almajiri* que vagueia pelas ruas de Kano, para o rico gerente imobiliário em Port Harcourt, para o humilde nômade da árida Baga, há uma coisa que conecta estas pessoas - religião. A

religião permeia todas as facetas da sociedade nigeriana e influencia a mentalidade coletiva de seu povo. A religião supostamente torna as pessoas boas, exceto que as evidências não apoiam essa afirmação. O que sabemos é que nossa sociedade é atormentada por toda a desigualdade, injustiça e atrocidades que raramente encontramos nas sociedades escandinavas e sem Deus, para usar apenas um exemplo. Nosso alto grau de religiosidade não se traduziu em boa governança e prosperidade para nossos cidadãos.

Pode-se deduzir do acima exposto que o alto nível de religiosidade na Nigéria não é mais do que um dos muitos sintomas da pobreza e da falta de bem-estar para a grande maioria dos nigerianos, assim como para outros países pobres do mundo (Okechukwu n.d.). Enquanto a Nigéria como um todo luta contra o legado de um longo regime militar e contra o efeito corrosivo de sua dependência das receitas do petróleo, o norte nigeriano precisa enfrentar suas fraquezas geográficas e um século de isolamento auto-imposto em relação à educação e aos valores modernos. É contra esse pano de fundo que se deve observar o espectro da religião e suas conseqüências odiosas. Os efeitos nocivos dos dogmas religiosos também podem ser observados em outras partes da Nigéria, como Akwa Ibom e Cross River States, onde têm havido um aumento alarmante na “caça às bruxas” de crianças, feitas pelas igrejas evangélicas, aproveitando os altos níveis de empobrecimento e ignorância (Okechukwu n.d.).

Em um desenvolvimento relacionado, a ameaça do materialismo nas igrejas cristãs contemporâneas na Nigéria se tornou-se tão fértil que a maioria dos pastores e ministros das Igrejas pregam a prosperidade como parte da salvação espiritual. É repetido frequentemente que, à medida que a raça humana dá passos gigantescos em ciência e tecnologia, a tendência é se afastar da religião. No entanto, atualmente, devido a dificuldades econômicas e incertezas políticas na sociedade, as pessoas parecem estar mais preocupadas em usar a religião para alcançar ambições materiais. Segundo Anyaehie (2011), os nigerianos só acreditam em orações sem qualquer ação física, que é o resultado do crescimento estagnado que o país enfrenta hoje. Os cidadãos passam a maior parte do tempo orando por coisas que precisam de esforços e ações. Kukah (citado em Simbine 2011), um estudioso e sacerdote católico descreveu os líderes de algumas congregações cristãs como “pastores que buscam fortunas em nome das principais almas de Deus através da organização de intermináveis feiras espirituais chamadas renascimento e vigílias”. Buscam reduzir e direcionar os cidadãos comuns da cultura do trabalho árduo para necessidade de desenvolver uma ética verdadeiramente cristã para a riqueza.

Governo e Engajamento do Cidadão

O envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil para exigir e promover a boa governança pode melhorar a eficácia geral dos programas de boa governança e anticorrupção. Cada vez mais, o engajamento cidadão não é uma escolha para os governos (Bhargava 2014, 6). O grau em que o governo deve estar envolvido no fornecimento de bens e serviços que promovem o bem-estar dos cidadãos é um debate perene nas políticas públicas em todo o mundo. O governo deve proteger a capacidade de indivíduos e instituições sociais de exercer autoridade legítima dentro de suas próprias áreas de influência, sem interferência injusta de outras instituições. É uma banalidade que, ao longo dos anos, os nigerianos ficaram profundamente frustrados e desapontados com as esperanças não satisfeitas de resolver crises econômicas persistentes, tensões sociais e instabilidade política.

A nova pesquisa do Pew Research Center com nove países de sobre os pontos fortes e limitações do engajamento cívico ilustra que há uma percepção comum de que o governo é administrado para o benefício de poucos ao invés dos muitos, em democracias emergentes e democracias mais maduras que enfrentaram desafios econômicos nos últimos anos. Em oito dos nove países pesquisados, mais da metade afirma que o governo é administrado em benefício de apenas alguns grupos da sociedade e não para todas as pessoas (Wike, Fetterolf e Parker 2016).

No entanto, essa visão cética sobre o governo não significa que as pessoas tenham desistido da democracia ou da capacidade dos cidadãos comuns de terem impacto sobre como o país é administrado. Aproximadamente, metade ou mais, em oito países - Quênia, Nigéria, África do Sul, Estados Unidos, Índia, Grécia, Itália e Polônia - dizem que cidadãos comuns podem ter muita influência no governo. A Hungria, onde 61% dizem que há poucos cidadãos que podem fazer, é a única nação em que o pessimismo supera claramente o otimismo nessa frente. Muitas pessoas nestes nove países dizem que poderiam estar motivadas a se envolver politicamente em uma variedade de questões, especialmente em problemas de saúde, pobreza e escolas de baixa qualidade, quando questionados sobre que tipos de questões podem levá-los a tomar medidas políticas, como entrar em contato com uma autoridade eleita ou participar de um protesto. A falta de saúde é a principal escolha entre as seis questões testadas em seis dos oito países. Cuidados de saúde, pobreza e educação constituem os três principais motivadores em todas as nações, exceto na Índia e na Polônia⁷.

⁷ Estas estão entre as principais conclusões de uma nova pesquisa do Pew Research Center, realizada em nove países entre 10.828 entrevistados de 29 de março a 9 de julho de 2016.

O fato de o povo, direta ou indiretamente, ter controle sobre a decisão do governo é um grande fator para o sucesso da democracia. Eles sabem que, pelo menos, têm alguma palavra a dizer sobre o que acontece, em oposição aos governos comunistas ou autoritários, onde as pessoas quase não têm voz nas decisões. Isso novamente ajuda a criar estabilidade na sociedade. Cabe às pessoas certificarem-se de que expressam seus sentimentos aos seus representantes, de modo que não há ninguém para culpar, a não ser eles mesmos, caso os representantes aprovem leis ou contas que eles não estejam de acordo. O fato de as pessoas comuns poderem sentir que seus pensamentos e opiniões são ouvidos por pessoas diretamente envolvidas pelo governo é um fator importante que faz a democracia funcionar (Cap 2008). Assim, as instituições e os procedimentos da democracia precisam ser remediados, especialmente no que diz respeito aos processos eleitorais competitivos e multipartidários e à liberdade dos cidadãos para exercer seus direitos e responsabilidades políticas (Gaventa 2006, citado em Mayanja 2013). Ackerman (citado em Mayanja 2013) argumenta que a “celebração de eleições livres e justas é um dos mais poderosos mecanismos de prestação de contas existentes”, o que garante que candidatos adequados liderem a nação. Os cidadãos expressarão sua vontade e consentimento sobre quem os lidera quando o processo eleitoral não é prejudicado por fraude, intimidação de eleitores ou perseguição de candidatos. Conforme acertado pelo então candidato presidencial da APC, Muhammadu Buhari (fevereiro de 2015) em Chatham House:

É muito mais importante que a promessa da democracia vá além de permitir que as pessoas escolham livremente seus líderes. É muito mais importante que a democracia cumpra a promessa de escolha, de liberdades, de segurança de vidas e propriedades, de transparência e responsabilização, do Estado de direito, da boa governação e da prosperidade partilhada. É muito importante que a promessa embutida no conceito de democracia, a promessa de uma vida melhor para a generalidade das pessoas, não seja entregue na brecha.

A corrupção tem um efeito amortecedor nos esforços de qualquer nação para alcançar o desenvolvimento político e econômico. Por um lado, a corrupção reduz o investimento (Barro 2000), porque os investidores vêem a corrupção como um custo extra, desnecessário para fazer negócios (Lipset e Lenz 2000). Também desencoraja a ajuda externa, uma vez que os países doadores lidam com a forma de garantir que o dinheiro da ajuda não acabe em bolsos privados (Nwabuzor 2005, 131). Da mesma forma, a democracia não pode prosperar em um país onde a corrupção é generalizada e consis-

tente. O governo, em todos os níveis, deve criar estratégias apropriadas para enfrentar a ameaça de corrupção no sistema político. Cidadãos e governos em todo o mundo estão cada vez mais preocupados e dispostos a enfrentar a má governança e a corrupção. Combater a corrupção em um país requer ações de ministérios e agências do poder executivo, instituições independentes de prestação de contas, conforme especificado na constituição do país, uma sociedade civil e uma mídia. Assim, o esforço do atual governo no combate à corrupção é louvável, embora a ameaça esteja lutando ferozmente em todas as frentes, como atesta o presidente Buhari.

Em vista do fato de que a corrupção afeta particularmente os mais pobres e marginalizados que dependem mais dos serviços públicos, as revelações em curso sobre funcionários públicos engajados em práticas corruptas tornam-se preocupantes em um país onde a carga social de uma população envelhecida de preocupações, o subemprego e o desemprego é apoiada principalmente pelas redes de famílias extensas e pelo setor informal. É um truísmo que práticas corruptas e abuso de poder, ofício ou privilégio prejudicam o direito a um padrão de vida adequado para cada pessoa e sua família, incluindo alimentação adequada, roupas e moradia, e para a melhoria contínua das condições de vida. Como corretamente observado pelas Nações Unidas (2007, 59), práticas corruptas desviam o financiamento destinado a serviços sociais. Dessa forma, a corrupção prejudica a capacidade do governo de fornecer uma variedade de serviços, incluindo serviços de saúde, educação e assistência social, que são essenciais para a realização do avanço econômico, social e cultural.

No entanto, o combate à corrupção requer abordagens e estratégias com muitas faces e multidisciplinares, as quais visem a seus aspectos políticos, econômicos, legais, administrativos, sociais e morais. Isso requer abordagens coerentes, consistentes e amplas, com perspectiva de longo prazo. Argumenta-se que o combate à corrupção é, fundamentalmente, sobre como lidar com a má governança, em vez de enfrentar os bandidos (Campos e Bhargava 2007). Mas em um país em desenvolvimento como a Nigéria - sobrecarregado por décadas de corrupção e cultura de impunidade de ações ilegais passadas, de uma maneira muito determinada e agressiva como sendo testemunhado agora - parece estar de acordo com as expectativas de muitos nigerianos.

Este ensaio recomenda quatro princípios-chave, cruciais à responsabilização, ao desenvolvimento, à transparência, à participação e à inclusão que faltam no espaço de governança da Nigéria. Os proponentes encontram nesses quatro conceitos não apenas de valor intrínseco, mas, igualmente importante, uma lógica instrumental natural. Instituições do Estado que

prestam contas ao seu povo usarão seus recursos de forma construtiva, em vez de gastá-lo ou roubá-lo. Uma maior transparência governamental permitirá aos cidadãos determinar para onde seus líderes políticos estão se desviando e exercer pressão bem direcionada para colocá-los de volta aos trilhos. O aumento da participação pública nos processos de governança nos níveis local e nacional fornecerá a essas instituições uma contribuição direta sobre como responder melhor às necessidades dos cidadãos e fornecer informações adicionais sobre bloqueios e ineficiências nos processos de tomada de decisão (Carothers e Brechenmacher 2014).

Os governos, muitas vezes, falharam devido às suas abordagens de cima para baixo e à sua incapacidade de consultar o cidadão, sem falar dos pobres. Para remediar isso, a criação de fóruns para o diálogo entre a sociedade civil e o Estado, a fim de monitorar e melhorar a prestação de contas dos serviços públicos, é altamente recomendada pelos estudiosos (Goetz 2000; Paul 2002). Existem bons resultados de governança que foram documentados quando o cidadão e a sociedade civil trabalham em conjunto com o Estado para uma boa governança. Estas são: (i) maior capacidade de resposta estatal ou institucional, (ii) redução da corrupção, (iii) melhor utilização do orçamento e (iv) melhor prestação de serviços públicos (Bhargava, 2014: 2). De fato, estão surgindo evidências de que o engajamento dos cidadãos melhora o acesso, a capacidade de resposta, a inclusão e a responsabilização na prestação de serviços públicos, como saúde, água, educação e agricultura. Também melhora a transparência, responsabilidade e sustentabilidade na gestão de recursos naturais. Assim, conseguir uma maior responsabilização dos governos, maior transparência das instituições estatais no manejo das finanças públicas, participação ativa dos cidadãos nos processos de desenvolvimento que afetam seu bem-estar ou inclusão significativa de grupos desfavorecidos na vida socioeconômica, sem dúvida, abraçam os fundamentos do governo e trazem socorro ao povo.

Considerações Finais

Hoje, comunidades e organizações muçulmanas e cristãs estão questionando publicamente a legitimidade do Estado pós-colonial secular, ao mesmo tempo em que estendem suas atividades em áreas de provisão social intimamente associadas ao Estado, mas que o ele não é mais capaz de garantir, como educação e saúde (Corten e Marshall-Fratani 2001, citado em Nolte et al 2009, 7). Como apontado neste ensaio, a religião mantém a promessa de libertação do sofrimento. A promessa de refúgio e paz em troca

de lealdade e obediência incondicional é quase irresistível sob as circunstâncias destacadas aqui. Como a depressão econômica e sociocultural na Nigéria continua a gerar fiéis religiosos, cresce também o número de clérigos. Com o continuado fracasso da governança na Nigéria, a comercialização da religião e a proliferação de centros religiosos continuarão aumentando.

O governo pode influenciar o cultivo do caráter e da força dos laços sociais, protegendo instituições que ajudam a encorajar a virtude na sociedade, como a família ou congregações religiosas, contra interferência injusta de outras instituições, incluindo o Estado. Para que a Nigéria aproveite adequadamente seus abundantes recursos naturais, grande população e mercado para empresas multinacionais, ela deve tratar urgentemente de suas questões nacionais. As elites disputantes e seus vários apoiadores precisam ser mobilizados para alcançar a integração nacional, a reorientação do valor e o desenvolvimento. De acordo com Akude (2007), o fracasso do Estado nigeriano não poderia levar ao seu colapso, porque é necessária uma ação consciente da parte descontente de uma elite fragmentada para levar o Estado ao colapso. A elite política nigeriana ainda está unida na filosofia do enriquecimento pessoal por meio do acesso ao poder do Estado e um ataque consciente ao Estado poderia negar à elite essa oportunidade.

Para promover o projeto democrático, o público nigeriano precisa ganhar confiança em suas instituições. O público precisa sentir que existem órgãos do sistema político que podem garantir equidade e justiça, que não são prejudicados por meio da corrupção de riquezas. Os cidadãos comuns devem recorrer às instituições democráticas para expressar demandas e resolver conflitos. Neste ponto, o público tem pouca ou nenhuma confiança em recorrer a qualquer ramo do governo para ajudar a resolver diretamente os problemas sem o benefício da riqueza. Uma preocupação central para a construção da democracia na Nigéria é, portanto, alterar essa relação entre a oligarquia e os cidadãos, de modo a reconectar o Estado aos seus residentes de uma maneira mais responsável e receptiva. Outra oportunidade emergente surge das relações dentro da elite, na qual instituições e práticas democráticas são cada vez mais usadas para competição dentro da oligarquia. O ponto de partida para a democratização deve, portanto, incluir não somente as instituições democráticas formais que vêm progredindo lentamente desde 1999, mas também o sistema informal de oligarcas e seus subordinados que se sobrepõe às instituições formais do governo (USAID 2006, 9).

As organizações da sociedade civil e a mídia têm papéis importantes a desempenhar em termos de promover a educação cívica, o diálogo social e fornecer informações que assegurem que os processos eleitorais e democráticos sejam justos e equitativos e que os governantes eleitos respondam

às exigências feitas pelo eleitorado. Em última análise, depende muito do restabelecimento da confiança entre os cidadãos e seus representantes eleitos, após a saída de um passado traumático, em que a confiança foi traída e as pessoas foram violadas. Isso exigiria o desenvolvimento de uma nova cultura de democracia, que garantisse uma mudança radical do atual padrão de política de soma zero para novas formas de política que enfatizassem a inclusão, a equidade social e a abertura do espaço político para participação, representação e escolha (Norberg e Obi 2007).

A democracia representativa precisa se modernizar e envolver ativamente os cidadãos nos processos de tomada de decisão. Em vez de se verem como solucionadores de problemas ‘puros’, os governos, em todos os níveis, devem se posicionar como os corpos que articulam os problemas enfrentados pela sociedade e, então, se esforçarem para criar o ambiente certo para as empresas privadas e acadêmicas encontrarem as soluções, providenciando os dados, as políticas e o financiamento necessários para apoiar essas partes interessadas. Se nossos representantes eleitos fizessem isso, eles restaurariam a confiança pública e contestariam a sensação de que pouca coisa realmente mudou naquele tempo (Soto 2014). Acima de tudo, nossos líderes devem usar a tecnologia - e seus conhecimentos mais amplos - para compreender realmente os incentivos, medos e motivações de seus cidadãos e, então, comunicar claramente como as políticas consideradas abordarão esses fatores. Quando os governos deixam de ser o centro de tudo, e as pessoas percebem que se tornaram os solucionadores de problemas, é aí que as coisas vão mudar (Soto 2014).

A filantropia africana ainda é considerada um dos meios indispensáveis para transformar o continente, apesar de seu atual estado preocupante. Para uma região que teve mais do que sua parcela de calamidades, a filantropia é uma poderosa expressão de solidariedade edificante. Simplificando, está no cerne dos laços que unem uma das mais diversas populações humanas do planeta. No entanto, o declínio que sofre atualmente na Nigéria, aliado ao fracasso da governança nas últimas décadas, colocou a maioria dos nigerianos na rota da sobrevivência. Ademais, como observado por Spector (2016), “neste mundo futuro, a acumulação de recursos nas mãos de poucos - seja por alegado bem social ou benefício privado - será reconhecida como fundamentalmente desigual e injusta”. Enquanto o governo está longe de ser perfeito, os recursos atualmente acumulados pelos poucos ricos devem ser redirecionados para os cofres públicos para construir uma infraestrutura social robusta para todos (Spector 2016). Argumenta-se que a filantropia, quando conduzida como atividades de investimento orientadas para os resultados, pode melhorar a qualidade e a quantidade de oportunidades econômicas disponíveis para os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- Ademola-Olateju, Bamidele. 2015. “Religion as a Tool For Impoverishing Nigerians”, *Premium Times*, November 3.
- Adujie, Paul I. 2009. *Nigeria at 50: A Re-Examination of Duties and Obligations of Citizenship*. <http://www.nigeriansinamerica.com/nigeria-at-50-a-re-examination-of-duties-and-obligations-of-citizenship/>.
- Aghemelo, T. A. e Osumah, O. 2009. *Nigerian Government and Politics: An Introductory Perspective*. Benin City: Mara Mon Bros & Ventures Limited.
- Akude, John. 2007. “The failure and collapse of the African state: on the example of Nigeria”, *FRIDE*, September.
- Anyaehe, M. J. 2011. “Religious Beliefs & Social Stratification”, *Radio du-ong*, April, 4 (2)4.
- Barro, R. 2000. “Rule of law, democracy and economic performance”. In: G. O. O’Driscoll, K. Holmes, & M. Kirkpatrick (Eds.), *Index of economic freedom*. Washington, DC: The Heritage Foundation/Dow Jones Company.
- Buhari, Muhammadu. 2015. *Prospects for Democratic Consolidation in Africa: Nigeria’s Transition*. https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/field/field_document/20150226BuhariSpeechQA.pdf
- Campos, E. e Bhargava, B. 2007. “Tackling a Social Pandemic”. In: Campos, E e Pradhan, S (eds.), *The Many Faces of Corruption: Tackling Vulnerabilities and the Sector Level*, World Bank.
- Canci, Haldun e Odukoya, O. Adedoyin. 2016. “Ethnic and religious crises in Nigeria: A specific analysis upon identities (1999-2013)”, *ACCORD*, August 29.
- Cap, Adam. 2008. What makes democracy work? <https://adamcap.com/schoolwork/what-makes-democracy-work/>
- Carothers, Thomas e Brechenmacher, Saskia. 2014. *Accountability, Transparency, Participation and Inclusion: A New Development Consensus?* Washington, DC, Carnegie Endowment for International Peace.
- Diamond, Larry. 2008. “The State of Democracy in Africa”. In: *Democratization in Africa: What Progress toward Institutionalization?* Ghana Center for Democratic Development, 4-6 October.

- Emodi, Martin & de Unverhau, Silvia Bastante. 2014. "Foreword". In: *Understanding philanthropy by the wealthy in Africa*. <https://uhnw-great-wealth.ubs.com/media/7455/ubs-philanthropy-africareport.pdf>
- Ewetan, O. O. 2013. *Insecurity and Socio-Economic Development: Perspectives on the Nigerian Experience*. A lecture Delivered St. Timothy Anglican Church, Sango-Ota, Ogun State.
- Fagan, Patrick. 2006. *Why Religion Matters Even More: The Impact of Religious Practice on Social Stability*. <http://www.heritage.org/research/reports/2006/12/why-religion-matters-even-more-the-impact-of-religious-practice-on-social-stability>.
- Falana, Femi. 2010. *Religion and Political Reforms in Nigeria*, Being the text of the public lecture delivered at the 51st birthday anniversary of Rt. Rev Alfred Adewale Martins, Catholic Bishop of Abeokuta, Ogun State on Saturday June 5.
- _____. 2015. *Insecurity in Nigeria: A Menace to National Development*, This presentation was given at the symposium held by the Dentiscope Editorial Board at the University College Hospital, Ibadan, Oyo State on Tuesday, July 14.
- Gopakumar, K. 2002. *Corruption in South Asia: Insights & Benchmarks from Citizen Feedback Surveys in Five Countries*, Berlin: Transparency International. http://www.transparency.org/pressreleases_archive/2002/dnld/south_asia_report.pdf.
- Idada, Walter & Uhunmwuango, S.O. 2012. "Problems of Democratic Governance in Nigeria: The Way Forward", *Journal of Sociology and Anthropology*, 3(1): 49-54.
- Ijabla, Raymond. 2015. "The Destructive Effects Of Religion On The Nigerian Society", *Sahara Reporters*, December 5.
- Iregbenu, Paul & Uzonwanne, Chinecherem. 2015. "Security Challenges and Implications to National Stability", *Journal of Economics and Sustainable Development*, Vol. 6, No. 4.
- Jaja, Jones. 2016. "Stomach Infrastructure in His Name: A Critique of Pentecostalism", *Elixir Social Studies* 95 41192-41204.
- Joseph, R. A. 2015. "Nigeria's Renewed Hope for Democratic Development", *AfricaPlus*, May 27.
- _____. 2016. "The Nigerian Prospect: Democratic Resilience amid Global Turmoil", *AfricaPlus*, March 31.
- _____. 1987. *Democracy and Prebendal Politics in Nigeria: The Rise and fall of the Second Republic*. London: Cambridge University Press

- Kayode, Oluwa. 2011. *The State of Insecurity and Failure of Leadership*. <http://focusnigeria.com/state-of-insecurity.htm>.
- Kitause, Rimamsikwe Habila & Achunike, Hilary Chukwuka. 2013. "Religion in Nigeria from 1900-2013", *Research on Humanities and Social Sciences*, Vol.3, No.18.
- Larr, Frisky. 2015. *Of Pharisees And Cardinals In The Buhari Equation*. <http://gadoar.com/post/90327-of-pharisees-and-cardinals-in-the-buhari-equation-by-frisky-larr>.
- Lewis, Peter. 2006. "The Dysfunctional State of Nigeria". In: Birdsall Nancy et al (eds.) *Short Goal of the U.S. Policy and Poorly Performing States*, Center for Global Development.
- Lipset, S. M., e Lenz, G. S. 2000. "Corruption, culture and markets". In: L. E. Harrison & S. P. Huntington (Eds.), *Culture matters*, New York: Basic Books.
- Mayanja, Evelyn. 2013. "Strengthening ethical political leadership for sustainable peace and social justice in Africa: Uganda as a case study", *ACCORD*, July 12.
- Mbiti, J. S. 1969. *African religions and philosophy*, London: Heineman.
- Moemeka, Andrew A. 1994. *Socio-cultural dimensions of leadership in Africa*. Paper presented at the Global Majority Retreat, Rocky Hill, CT.
- _____. 1998. "Communalism as a Fundamental Dimension of Culture", *Journal of Communication*, Vol. 48, No. 4.
- Ndikumana, Leonce e Boyce, James. 2012. "Rich Presidents of Poor Nations: Capital Flight from Resource-Rich Countries in Africa", Association of Concerned Africa Scholars, *Bulletin N°87* – Fall 2012
- Nolte, Insa; Nathaniel Danjibo & Abubakar Oladeji. 2010. "Religion, Politics and Governance in Nigeria, Birmingham, Religions and Development Research Programme Working Paper 39. http://www.rad.bham.ac.uk/files/resourcesmodule/@random454f8of-60b3f4/1269512095_working_paper_39_for_the_web__2__2_.pdf
- Norberg, Carin e Obi, Cyril. 2007. *Reconciling Winners and Losers in Post-Conflict Elections in West Africa: Political and Policy Imperatives*. <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:240865/FULLTEXT02.pdf>
- Nwabuzor, A. 2005. "Corruption and development: New initiatives in economic openness and strengthened rule of law". *Journal of Business Ethics*, 59(1), 121-138.

- Nwadiolor, L. Kanayo e Umeanolue, Ikenna L. (n.d) *Materialistic Gospel Message in Contemporary Nigerian Churches: A Critique*.
- Nwankwor, I.J. 2004. "Consolidating Democracy in Nigeria: A Philosophical Prognosis". In: Onuoha, J. e Okpoko, P.U. (eds.) *Ethnic Nationalism and Democratic Consolidation: Perspectives from Nigeria and the United States of America*. Nsukka: Great AP Express Publishers Ltd. Pp. 309-320.
- Odeyemi, Oluwole Jacob. 2013. *Elite-Priesthood Connivance in Nigeria: Implications for Security and Development*, JORIND 11(2) December.
- Odo, Linus. 2015. "Democracy, Good Governance and Development in Nigeria: The Challenges of Leadership", *Journal of Humanities and Social Science*, Volume 20, Issue 6, Ver. III.
- Ogbonnaya, Joseph. 2012. "Religion and Sustainable Development in Africa: The Case of Nigeria", *International Journal of African Catholicism*, Vol. 3, No. 2.
- Ogunsina, Bukola e Opaluwa, Timothy. 2012. *When Citizens Take Over Duties of Government*, Leadership Jul 11.
- Okechukwu, Ikechukwu. n.d. *Religious Creeds and Dogmas in Nigeria*. <http://africaunbound.org/index.php/aumagazine/issue-7/item/religious-creeds-and-dogmas-in-nigeria.html>
- Omede, A.J. 2011. "Nigeria: Analysing the Security Challenges of the Goodluck Jonathan Administration", *Canadian Social Science* Vol. 7, No. 5, pp. 90-102.
- Osaghae, E & Suberu, T. 2005. "A History of Identities, Violence, and Stability in Nigeria", Oxford : Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity ((CRISE), *Working Paper* No. 6. January
- Osunwokeh, Clement. 2014. "Bible Interpretation, Evangelization and Faith: Nigerian Context", *Open Journal of Philosophy*, 4, 182-191.
- Oyewole, A. 1987. *Government: For Senior Secondary School*. Ibadan: Onibonjo Press e Books industries (Nig) Ltd.
- Paul, Samuel, 2002. *The state of India's public services: benchmarks for the new millennium*. Bangalore: Public Affairs Centre. <http://www.world-bank.org/participation/spaul11April.pdf>.
- Simbine, A.T. 2011. *Religion, Ethics and Attitudes Towards Corruption in Nigeria*. Ibadan: SGPRD, NISER.
- Spector, Jessie. 2016. "The Game Changer", in *The Future of Philanthropy, The Nation*, July 21.

- Soto, Jorge. 2014. *The weakening of representative democracy*. <http://widgets.weforum.org/outlook15/05.html>.
- The Guardian Editorial. 2016. *As corruption fights back*, December 5.
- The Lutheran World Federation. 2002. *Crises of Life in African Religion and Christianity*, LWF Studies. https://www.lutheranworld.org/sites/default/files/DTS-Studies_Crises_of_Life-200202.pdf.
- UBS Philanthropy Advisory & TrustAfrica. 2014. *Understanding philanthropy by the wealthy in Africa*. <https://uhnw-greatwealth.ubs.com/media/7455/ubs-philanthropy-africareport.pdf>.
- Uche, C. 2011. "The Witness of Life: A Challenge to the Catholic Priesthood in the 21st Century". In: J. O. Oguejiofor, & A. C. Oburota (Eds.), *Challenges of Priest in the Century*. Enugu: Bigard Press
- Uchegbue, Christian Onyenaucheya. 2013. *The Place of the Church in the Socio-Political and Economic Liberation of Nigeria*, Proceedings of the 1st Annual International Interdisciplinary Conference, AIIC 2013, 24-26 April, Azores, Portugal.
- United Nations. 2007. *Good Governance Practices for The Protection of Human Rights*, Office of The United Nations High Commissioner for Human Rights, United Nations, New-York and Geneva.
- USAID. 2006. *Democracy and Governance Assessment of Nigeria*, United States Agency for International Development.
- USHistory. n.d. *American Government "The Purposes of Government"*. <http://www.ushistory.org/gov/1a.asp>
- Wike, Richard et al. 2016. *Even in Era of Disillusionment, Many Around the World Say Ordinary Citizens Can Influence Government*, PewResearchCenter, October 24.
- Yabi, Gilles. 2015. *What Type of Democracy Does Africa Need?* <http://www.osisa.org/openspace/global/what-type-democracy-does-africa-need>.
- Yagboyaju, Dhikru Adewale. 2015. "Nigeria's Fourth Republic (1999-2015) and Electoral Outcomes: How long can Patronage or 'Politics of the Belly' Last?" *Journal of African Elections*, Volume 14, No 2.

RESUMO

A religião desempenha um papel considerável em muitas sociedades ao redor do mundo e isso é especialmente verdadeiro na Nigéria. Muitos dos grupos religiosos do país estão unidos por sua crítica ao fracasso do governo federal e estadual da Nigéria em fornecer assistência social aos cidadãos. Assim, como a boa governança continua a ser ausente para maioria dos nigerianos e em face da fraqueza do Estado nigeriano e da ineficiência de suas instituições para proporcionar o bem humano aos seus cidadãos, as organizações religiosas agora fornecem uma gama de serviços sociais através dos seus numerosos membros em todo o país. Como os ricos nigerianos doam e quais são as suas motivações? O tradicional gesto filantrópico africano (comunalismo) está desaparecendo na Nigéria? Este ensaio está, portanto, preocupado, principalmente, com a intervenção de organizações religiosas no atendimento das necessidades espirituais e físicas de muitos cidadãos nigerianos - desiludidos e frustrados em consequência do fracasso do governo. Ele examina como a religião se tornou um santuário de esperança e refúgio diante de desafios socioeconômicos assustadores e como, ironicamente, essa patética condição humana está sendo explorada por alguns líderes religiosos. Também investiga o estado de filantropia cada vez menor dos indivíduos e entidades corporativas do país dentro do contexto do comunalismo africano.

PALAVRAS-CHAVE

Governo; Religião; Filantropia; Desenvolvimento Humano; Cidadão.

*Recebido em 3 de março de 2018.
Aprovado em 6 de junho de 2018.*

Traduzido por Luana de Meneses Borba.